

ESCOLAS TÍPICAS DO CAMPO: DISPUTAS EM TORNO DA CONCEPÇÃO DE ENSINO PRIMÁRIO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (1933-1968)

Agnes Iara Domingos Moraes¹

Resumo

Apresentam-se resultados parciais de pesquisa de Mestrado em Educação, com o objetivo geral de reconstituir aspectos da história da escola primária rural no Estado de São Paulo, focalizando-se as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais, implementadas no período de 1933 a 1968. Mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, utiliza-se como corpus documental privilegiado a legislação estadual que normatizava o ensino primário rural (1933-1968), a Revista do Professor (1934-1965), a Revista de Educação (1933-1961) e os Relatórios anuais das Delegacias Regionais de Ensino (1933-1945). Os resultados parciais apontam que no momento delimitado para a pesquisa, a educação escolar destinada às populações do campo *era* incipiente, sendo vários os problemas constatados nas escolas primárias rurais no Estado de São Paulo, entre eles, condições de trabalho docente, instalações inadequadas e dificuldades de acesso dos professores às escolas. Entretanto, nesse Estado, foram implementadas as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais, que se diferenciavam das demais escolas primárias rurais, por diversos motivos. O projeto dessas escolas foi oficialmente extinto com a Reforma de 1968, que instituiu o ensino primário comum, com programas de ensino padronizados tanto para o campo quanto para a cidade. No período de implementação dessas escolas, havia dois movimentos que defendiam concepções distintas de ensino para as escolas primárias rurais e com isso disputavam hegemonia em torno da educação destinada a populações do campo. Por um lado, estavam os ruralistas pedagógicos defendiam uma escola adaptada ao campo, com vistas inclusive a impedir o êxodo rural, difundir o sanitarismo e preparar para o trabalho agrícola. Por outro lado, estavam os defensores de uma escola comum, ligados ao movimento da Escola Nova, que defendiam uma escola única tanto para o campo quanto para cidade. Verifica-se, portanto, que as concepções de ensino desses movimentos, em parte, refletiam os respectivos projetos sócio-político-econômicos vigentes no Brasil, também em disputa. Com as devidas ressalvas, várias das questões apresentadas entre as décadas de 1930 e 1960, permanecem na atualidade.

Introdução

O ensino primário rural no Estado de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1960, destinado às populações de áreas rurais *era* precário e incipiente, não obstante o fato de que, à

¹ Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Marília – SP – Brasil – moraes.aid@gmail.com – Bolsista CAPES.

época, a maior parte das populações desse Estado estava localizada em áreas rurais (SOUZA, 2009).

Eram vários os problemas constatados nas escolas primárias rurais, entre eles, condições de trabalho docente, dificuldades de acesso dos professores às escolas, instalações inadequadas e situação de dependência em relação aos fazendeiros e seus administradores, que cediam espaço para instalação de escolas (SOUZA, 2009).

Entretanto, nesse Estado, foram implementadas algumas experiências típicas de ensino primário rural, que se diferenciavam, por diversos motivos. O Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933 (SÃO PAULO, 1933a) criou as Granjas Escolares, o Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933 (SÃO PAULO, 1933b) criou os Grupos Escolares Rurais e a Portaria 31, de 1 de setembro de 1945 criou as Escolas Típicas Rurais.

Essas escolas tinham programas de ensino diferenciados, exigiam formação ou especialização agrícola de todos os profissionais que nelas trabalhavam, tinham critérios específicos para sua instalação, como por exemplo, área de terra destinada à realização de atividades agrícolas e pastoris, dentre outros. Se comparadas às demais escolas primárias rurais, essas escolas, ao menos em tese, apontariam no sentido de superação da histórica precariedade desse ensino.

No período de implementação dessas escolas, esteve em discussão no Estado de São Paulo, a concepção mais adequada de educação escolar destinada às *populações* de áreas rurais e sobre qual a finalidade desse ensino (SOUZA; ÁVILA, 2013a; 2013b). Algumas dessas discussões, presentes no cenário educacional brasileiro na atualidade (CALDART, 2012; RIBEIRO, 2012). Na atualidade, ainda que a questão da educação para/no/do² campo possa não ser apresentada ou não ser interpretada como relevante, trata-se, de um assunto importante e estratégico nos mais diferentes sentidos.

A história do ensino primário rural, no Estado de São Paulo, entre as décadas de 1930 e 1960, mais especificamente a história das escolas típicas, foi marcada por disputas em torno da concepção de ensino, que eram centralizadas e levadas a cabo por dois grupos. O primeiro, ligado à concepção dos ruralistas do ensino, e o segundo, ligado à concepção dos defensores de uma escola comum (SOUZA; ÁVILA, 2013a).

A concepção de ensino das escolas típicas parece ir ao encontro do ruralismo pedagógico que, defendia uma escola adaptada ao projeto sócio-político-econômico

² A opção por fazer referência à educação *para/no/do* campo fundamenta-se no fato de que, a educação estatal propiciada a populações do campo é uma educação rural, ou seja, *para* as populações do campo, e não uma educação *do* campo, concebida e executada a partir da perspectiva dessas populações (CALDART, 2012).

hegemônico no país, com vistas inclusive a impedir o êxodo rural, difundir o sanitarismo e preparar para o trabalho agrícola.

Segundo Ávila (2013, p. 108-109), mais especificamente entre as décadas de 1930 e 1940, coexistiram, no Estado de São Paulo, dois modelos de escola primária rural “[...] as escolas isoladas e grupos escolares localizados na zona rural, cujo programa era o mesmo desenvolvido nas escolas urbanas e as escolas isoladas e grupos escolares típicos rurais, com uma organização de ensino de caráter vocacional-agrícola [...]”.

Conforme Souza e Ávila (2013b, p. 9) “A ruralização do ensino ganhou força sobretudo nas décadas de [19]30 e [19]40 quando alguns intelectuais e educadores passaram a defender uma escola com características e finalidades específicas para a zona rural.”

Na década de 1930 alguns educadores, como, por exemplo, Sud Mennucci, passaram a defender o ruralismo do ensino. Segundo Monarcha (2007, p. 20)

[...] o ruralismo de Sud Mennucci, sem dúvida um moderno de sua época, trafega na contramão do contagiante imaginário urbano-industrial em ascensão denominado ‘Escola Nova’, segundo ele próprio das sociedades de grande avanço industrial, porém inadequado para um Brasil agrário.

Segundo Prado (2000, p. 50 apud WERLE; BRITO; NIENOV, 2007, p. 87-88) o “ruralismo pedagógico” caracterizava-se como

[...] uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que formulavam idéias que já vinham sendo discutidas desde a década de 1920 e que resumidamente consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas do setor rural. Esse pensamento privilegiava o papel da escola na construção de um ‘homem novo’, adaptado à nova realidade brasileira e de uma relação ‘homem rural/escola’ pretensamente nova.

Para os ruralistas do ensino a escola deveria ser adequada ao ambiente onde estava localizada. Deveria atender às necessidades das áreas rurais e preparar os estudantes para o trabalho agrícola. Essa concepção de ensino defendia uma escola adaptada ao projeto sócio-político-econômico hegemônico vigente, à época, no país, com vistas inclusive a impedir o êxodo rural, difundir o sanitarismo e preparar as populações para o trabalho agrícola.

Segundo Souza e Ávila (2013b, p. 13) “A configuração da escola rural ocorreu inicialmente pelo reconhecimento de uma diferença espacial, ainda que a simplificação dos programas e a redução do tempo de duração do ensino primário esquadrinhasse contornos de uma diferença pedagógica significativa.”

Segundo essas autoras (2013b), ainda que as primeiras políticas públicas para o ensino primário rural, no Estado de São Paulo, datem da Primeira República, somente no final da década de 1940 foram implementados projetos destinados à constituição de uma escola

primária *pedagogicamente* rural. Até então, a diferença entre as escolas primárias rurais e as demais escolas primárias se caracterizava unicamente pela questão espacial, isto é, de localização. A hipótese dessas autoras, de uma escola primária pedagogicamente rural, pode ser verificada ao analisar, por exemplo, o programa de ensino dos Grupos Escolares Rurais e das Escolas Típicas Rurais.

Souza (2009, p. 150 - grifos não originais) fazendo referência aos *ruralistas*, ressalta que para esse grupo uma escola homogênea “[...] não servia ao homem do campo.” pois era

Inadequada totalmente ao meio concorria, tão somente, para o êxodo rural. Dessa maneira, *eles viam na criação da Escola Rural a possibilidade de fixação do homem no campo*. Imbuídos da crença nas vantagens da agricultura como alternativa para o desenvolvimento do país, defendiam a formação de professores para a educação rural, programas de ensino apropriados às necessidades e interesses da população do campo e a ampliação das finalidades sociais da escola para esse meio.

Entre os defensores do ruralismo do ensino no Estado de São Paulo, Sud Mennucci era o mais conhecido³. No entanto, segundo Souza (2009, p. 150), assim como Sud Mennucci, vários educadores criticavam a ideia de uma escola padrão ou homogênea, “[...] nos moldes de uma escola citadina alicerçada nos valores e na cultura urbana.”, defendendo a constituição de uma escola primária adequada às especificidades das populações rurais. Entretanto, até que ponto esse objetivo teria sido atingido? Esse projeto educacional visava atender *mais* aos interesses das populações rurais, dos fazendeiros ou do Estado?

A concepção dos ruralistas, fortemente difundida por Sud Mennucci, vai ao encontro do projeto político-econômico vigente à época, que defendia e tentava fazer do Brasil um país agrário. Nesse sentido, Sud Mennucci concordava com Alberto Torres (2002, p. 165) para quem:

O desequilíbrio das sociedades modernas resulta, principalmente, da deslocação constante das populações das zonas rurais para os centros populosos, da agricultura para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos.

É possível identificar alguma correspondência, entre as disputas travadas entre ruralistas do ensino e defensores de uma escola comum em torno de uma concepção de ensino, com as disputas em torno de um projeto sócio-político-econômico no país, que

³ Há diversos artigos na Revista do Professor inclusive que mencionam a importância de Sud Mennucci para a difusão da ruralização do ensino.

segundo Stedile (2005) e Ribeiro (1998), estava polarizada entre um Brasil agrário e um Brasil industrial, respectivamente agrarismo e industrialismo.

O movimento de renovação educacional, por outro lado, defendia uma escola comum, tanto para áreas rurais, quanto para áreas urbanas, baseada nos princípios da Escola Nova (SOUZA; ÁVILA, 2013a; 2013b).

Segundo Ribeiro e Pagni (2003, p. 152) a Escola Nova esteve “[...] relacionada ao conjunto de idéias e realizações voltadas para a renovação da mentalidade dos educadores e das práticas pedagógicas.” Segundo esses autores essa concepção consolidou-se nos anos 1930. Seus integrantes entendiam esse movimento como revolucionário. Fernando de Azevedo, um dos principais representantes desse movimento, considerava que a Escola Nova foi desenvolvida

[...] por grupos políticos e tendências diversas, tornando-se importante, na medida em que contribuiu para a ‘democratização’ da educação no país e para acelerar as reformas culturais e sociais de maior envergadura. Na sua concepção, ainda, pretendeu-se nessa época implantar no Brasil uma concepção democrática de educação, baseada na idéia de ‘educação universal’ para todos e em propostas pedagógicas inspiradas, entre outros, pelo filósofo norte-americano John Dewey. (RIBEIRO; PAGNI, 2003, p. 152).

Segundo Souza e Ávila (2013a) um dos principais representantes do movimento dos defensores de uma escola comum foi Almeida Junior, Diretor do Ensino do Estado de São Paulo de 1935 a 1937. Almeida Junior (SÃO PAULO, 1936b, p. 25) defendia que “Seja, pois, a nossa escola primaria, tanto urbana como rural, democraticamente, humanamente, a escola de ‘ensino comum’, de que fala a Constituição Federal.”

No Boletim n. 4 (SÃO PAULO, 1936b) e nos Annuarios do Ensino de 1935-1936 e de 1936-1937 (SÃO PAULO, 1936a; 1937), Almeida Junior apresenta uma discussão sobre duas concepções, segundo ele, “antagônicas”, de ensino para as escolas primárias rurais. Essas concepções eram “escola social” e “escola comum”, posicionando-se o autor em defesa da última.

Segundo esse autor, a primeira concepção configura-se por uma escola marcada pela necessidade da sociedade, isto é, “[...] se a sociedade reclama trabalhadores de enxada, encaminhemos inexoravelmente o pequeno para a enxada” (SÃO PAULO, 1936b, p. 22). A segunda concepção defendia uma escola comum, ou seja, “A escola popular não pode[ria] sonhar em preparar a costureira ou a modista, mas a mulher, isto é a alma humana.” (SÃO PAULO, 1936b, p. 24).

No Anuario do Ensino de 1936-1937 (SÃO PAULO, 1937, p. 388), Almeida Junior, fazendo referência a Granja de Cotia, apresenta o seguinte comentário “Um pae escreveu, logo no começo, uma carta á professora, reclamando contra as actividades de jardinagem e horticultura que a escola ia inaugurar: ‘para trabalhar na enxada, meu filho não precisa de escola; eu mesmo ensino’.”

Por um lado, esse comentário possibilita ter uma ideia da repercussão numa família da proposta dos ruralistas do ensino, mais especificamente das escolas típicas. Ainda que seja apenas um depoimento considera-se relevante, pois, até o momento, nas fontes analisadas são raras ou inexistentes ocasiões em que estudantes e seus famílias têm voz. Segundo Munakata (2012) os estudantes são sujeitos quase sempre em *elipse* na história da educação, pode-se estender esse comentário também aos famílias. Por outro lado, deve-se considerar que Almeida Junior era ligado aos defensores de uma escola comum.

Segundo Almeida Junior (SÃO PAULO, 1936b, p. 23), “O principio democratico, em materia de educação, se acha expresso na formula celebre dos estadistas e educadores norte-americanos: igual oportunidade para todos.” Nesse princípio ancorado na Escola Nova, não caberiam programas de ensino diferenciados para áreas rurais e urbanas, pois todos deveriam ter a mesma educação. Nesse sentido, cabia a escola ministrar um ensino igual para todos e os avanços conquistados dependeriam de até onde poderia chegar a capacidade “biopsychica” de cada estudante.

Considerando-se a proposta dos ruralistas do ensino e dos defensores de uma escola comum, infere-se que existia alguma consonância entre essas propostas. Ambos os movimentos defendiam melhorias para tentativa de resolução dos problemas das escolas primárias rurais. O que teria relação com formação de professores, condições arquitetônicas e sanitárias, dentre outras. Porém, ambos os grupos apresentavam propostas distintas de programa de ensino destinado as escolas primárias de áreas rurais, conforme já mencionado.

Pode-se inferir, ainda, que a proposta do movimento dos defensores de uma escola comum, ligado a Escola Nova, estava em consonância com o projeto do industrialismo brasileiro. Já a proposta dos defensores do ruralismo pedagógico, estava em consonância com o projeto do agrarismo no Brasil. Ou seja, para cada projeto sócio-político-econômico de sociedade a defesa de uma concepção de escola.

Portanto, para além das consonâncias identificadas, a que se ressaltar que subjacente a essas propostas estavam diferentes concepções filosóficas de educação, pessoa e sociedade (PAGNI, 2000).

Referências

- ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952)* - uma abordagem comparada. 2013. 214 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: In: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 259-267.
- MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flavia Obino Corrêa (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2007. p. 19-51.
- MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 12, n. 3 (30), 250 p., set.-dez. 2012. p. 179-197. Disponível em: < <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/455/343>>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- PAGNI, Pedro Ângelo. *Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.
- RIBEIRO, Elisabete Aparecida; PAGNI, Pedro Angelo. Pragmatismo e Escola Nova no Brasil. In: *Nuances: estudos sobre educação*, ano IX, n. 9/10, p. 149-166, jan./jun. e jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/402/437>>. Acesso em: 13 jan. 2013.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- RIBEIRO, Marlene. Educação rural. In: In: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 295-301.
- SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933*. Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo. 1933a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto%20n.5.884,%20de%2021.04.1933.html>>. Acesso em: 5 jun. 2012.
- SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 6.047, de 19 de agosto de 1933*. Instala uma Escola Normal, Rural, em Piracicaba, e dá outras providencias. 1933b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto%20n.6.047,%20de%2019.08.1933.htm>>. Acesso em: 3 mai. 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação e da Saude Publica. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo: 1935-1936*. Organizado pelo Prof. A. Almeida Junior, Director do Ensino por ordem do governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira, 1936a. 575 p.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação e da Saude Publica. *Anuario do Ensino do*

Estado de São Paulo: 1936-1937. Organizado pelo Director do Ensino por ordem do governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira, 1937. 732 p. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/revistas/AEE19360000.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação e da Saude Pública. Boletim n. 4. *Os problemas da escola primaria na zona rural*. Entrevistas concedidas ao “Diário de São Paulo” pelo prof. A. Almeida Junior, Director do Ensino. São Paulo, 1936b.

SOUZA, Rosa Fátima. *Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. *As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947)*. 2013a. (no prelo)

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. Para uma genealogia da escola primaria rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889 – 1947). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 7., 2013, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá, 2013b.

STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500 - 1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (volume 1)

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. 3. ed. 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; NIENOV, Gisele. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 45. p. 81-105, 2007.